

2º CONGRESSO DA CONATRAM
7º CONGRESSO DA CONFETAM

**CONECTADOS
E MOBILIZADOS**

CONTRA A

**REFORMA
ADMINISTRATIVA**

*EM DEFESA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS, DE MAIS E MELHORES
SERVIÇOS PÚBLICOS E DO(A)S SERVIDORES(A)S*



PLANO DE LUTAS

CONFETAM
CONFEDERAÇÃO DOS(A)S TRABALHADORES(A)S NO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL

CONATRAM
CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS(A)S TRABALHADORES(A)S PÚBLICOS MUNICIPAIS

PLANO DE AÇÃO EM DEFESA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS, DOS SERVIDORES, DA VIDA E DOS DIREITOS DA CLASSE TRABALHADORA:

*"SÃO TANTAS LUTAS INGLÓRIAS
SÃO HISTÓRIAS QUE A HISTÓRIA
QUALQUER DIA CONTARÁ
DOS HUMILHADOS E OFENDIDOS
EXPLORADOS E OPRIMIDOS
QUE TENTARAM ENCONTRAR A SOLUÇÃO.
SÃO CRUZES, SEM NOMES,
SEM CORPOS, SEM DATAS"
(Gonzaguinha).*

Esse trecho de uma música, do imortal Gonzaguinha, retrata um tempo da ditadura militar e uma homenagem aos que lutaram e tombaram, mas parece que ele faz menção ao tempo presente – de tantas lutas que negam o direito à vida, de uma pandemia que tenta naturalizar as cruzes, sem nomes, sem corpos... *"Memória de um tempo onde lutar por seu direito é um defeito e mata".*

Lutar por direitos é uma exigência do tempo presente. No Brasil de 2021 são muitas crises partes de um projeto, são muitas lutas para continuarmos vivos. Escolhemos o lado da luta, mas não escolhemos as batalhas. *"São as batalhas que nos escolhem".* Então, **VAMOS À LUTA!!!**

PLANO DE LUTAS

Eixo 1 – “A gente quer viver uma nação, a gente quer ser um cidadão, a gente quer valer nosso suor” - Reformas Estruturais para conter o avanço do Imperialismo, Democracia, Emprego:

1. CONSTRUIR uma agenda de lutas que coloque em movimento a agenda da classe trabalhadora para conter o cenário internacional e brasileiro de continuidade e aprofundamento das crises econômica, social e sanitária, com elevação do desemprego, das desigualdades, da fome e da miséria;
2. IMPULSIONAR a luta contra o neoliberalismo no Brasil e fortalecer essa bandeira na América Latina, haja vista o impacto da crise mundial do sistema e da pandemia, é brutal, dada a sua histórica condição de “quintal” do imperialismo dos EUA;
3. PROMOVER debates que desenvolvam o protagonismo da classe trabalhadora a pensar um projeto alternativo, uma vez que o resultado das eleições dos Estados Unidos com a derrota de Donald Trump pode significar um freio à ofensiva da extrema-direita no plano

internacional e estímulo à ação da classe para se contrapor ao projeto neoliberal e imperialista responsável pela situação política, econômica e social que já vínhamos enfrentando antes da pandemia;

4. **PROTAGONIZAR** a luta contra o autoritarismo e o negacionismo científico no Brasil, os países da América Latina apontam o caminho da resistência. Esse caminho só é viável com a mobilização da classe;
5. **CONSCIENTIZAR** os trabalhadores da necessidade de reorganização e luta, pois apesar do agravamento da crise econômica, sanitária e social, provocado pela pandemia do novo coronavírus e da política neoliberal destruidora do desgoverno de Jair Bolsonaro devem continuar destruindo vidas, empregos e renda;
6. **DERROTAR** Bolsonaro e o projeto neoliberal de destruição e subordinação nacional que só produz desigualdade, exploração e morte para toda a classe trabalhadora e gera consequência nociva para a democracia brasileira;
7. **CONSTRUIR** a luta pelo Fora Bolsonaro. Os trabalhadores brasileiros têm o imenso desafio de enfrentar a pandemia e o pandemônio;
8. **REFORÇAR** o dia 8 de março, dia internacional das mulheres e impulsionar a contra o bolsonarismo e a misoginia;
9. **LUTAR** pela garantia da Constituição Federal e pela regulamentação do Artigo 8º desta, que dispõe sobre a organização sindical, garantindo liberdade e autonomia;
10. **UNIFICAR** a luta do campo e da cidade, de todas as forças e federações, na defesa da unidade da classe trabalhadora;
11. **MOBILIZAR** a classe em defesa do emprego e de políticas públicas que atendam suas necessidades e intensifique os esforços em articular o conjunto das esquerdas, movimentos sociais, estudantil, sindicais e partidários - alinhados ao projeto de sociedade pautado na justiça social com crescimento econômico, geração de empregos e trabalho, distribuição de renda, produção de alimentos saudáveis, preservação dos recursos naturais e a luta em defesa da democracia e soberania nacional;
12. **DEFENDER** o direito de greve dos trabalhadores no âmbito da OIT, construir uma luta nacional pela não criminalização dos movimentos sociais e dos lutadores, rechaçar as ações coletivas dos empregadores contra a classe;

13. LUTAR contra o racismo e genocídio da juventude negra, por mais direitos e liberdades para as mulheres, pelo fim do machismo e homofobia, pelo direito à cidade, Saúde e Educação de Qualidade;
14. CONTINUAR a luta para que as trabalhadoras domésticas tenham seus direitos equiparados aos dos demais trabalhadores;
15. LUTAR pela ratificação da Convenção 189 e Recomendação 201 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que trata do Trabalho Decente para as trabalhadoras e trabalhadores domésticos;
16. LUTAR pela regulamentação da Convenção n.º 168 da OIT, relativa à Promoção do Emprego e Proteção contra o Desemprego;
17. LUTAR pela ratificação da Convenção 156 da OIT, que trata da não discriminação dos trabalhadores e trabalhadoras com responsabilidades familiares;
18. LUTAR pela Licença Maternidade de 180 dias para todas as mulheres dos setores públicos e privados, da cidade e do campo;
19. ELABORAR um Projeto de Lei de licença compartilhada de 180 dias para a mãe e, na sequência, 180 dias para o pai, incluindo as uniões homoafetivas;
20. RESPEITAR a cultura dos povos do campo, da floresta e das águas e garantir autonomia e apoio para plantarem os alimentos que respondam às suas demandas na qualidade e quantidade necessárias, e não para atender às exigências do mercado e do agronegócio;
21. GARANTIR nos diagnósticos e mapeamentos da Economia Solidária dados desagregados por sexo, raça e classe, de forma a permitir análises da realidade considerando as três dimensões como estruturantes das desigualdades;
22. LUTAR pela criação do Fundo Nacional e Estadual da Economia Solidária que faça o recorte de gênero e promova ações específicas para as mulheres;
23. LUTAR pela criação do marco regulatório da Economia Solidária como política pública para as mulheres;
24. CONTINUAR e ampliar políticas de transferência de renda e de valorização do salário mínimo;
25. LUTAR pela manutenção e atualização da política de valorização do Salário Mínimo, das políticas sociais, além da retomada do mercado de trabalho derivado do crescimento econômico, condições indispensáveis para melhoria da distribuição de renda e redução das desigualdades;

26. APOIAR a luta pela Reforma Tributária, para melhorar a distribuição de renda e combater as desigualdades econômicas e sociais. São urgentes medidas como taxaço das grandes fortunas, taxaço sobre transações financeiras internacionais e contribuio sobre a movimentação financeira e herança;
27. LUTAR pela reduo imediata da taxa básica de juros no país e enfrentar os pilares macroeconômicos neoliberais que ainda persistem na política econômica nacional, tais como o superávit primário, alguns pontos da lei de responsabilidade fiscal e o controle da inflação pela elevação da taxa básica de juros;
28. PRESSIONAR pela derrubada dos juros, controle das remessas de lucros das multinacionais, centralização cambial e estabelecer câmbios múltiplos para combater as importações predatórias à indústria nacional, e pelo fim do superávit primário.
29. ESTIMULAR o desenvolvimento de políticas voltadas para o fortalecimento da classe trabalhadora nos Estados;
30. EXIGIR a institucionalização do caráter deliberativo das Conferências de políticas públicas e dos Conselhos Nacionais;
31. EXIGIR do governo federal a atualização da tabela do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF), isentando do imposto de renda os trabalhadores que recebem até três salários mínimos e novas alíquotas para as faixas salariais, com base nos estudos do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese);
32. EXIGIR e assegurar a taxaço progressiva das grandes fortunas e das heranças com percentual da arrecadação destinado às ações e serviços do SUS;
33. LUTAR pela ampliação da tributação sobre grandes propriedades, lucros e ganhos do capital de maneira a favorecer a produção frente aos ganhos financeiros;
34. LUTAR pela criação do imposto sobre as grandes fortunas e heranças;
35. LUTAR pela expansão da isenção dos impostos da cesta básica de consumo popular;
36. COBRAR contrapartidas sociais e trabalhistas aos incentivos fiscais e tributários;
37. COMBATER a guerra fiscal e os benefícios a sonegadores que reduzem os impostos e refletem na diminuição dos investimentos nas políticas públicas;

38. DEBATER sobre critérios de tributação e isenção tributária de entidades filantrópicas, igrejas, ONGs com a finalidade de dar maior transparência na execução das políticas públicas e sociais;
39. LUTAR pela revogação da Lei Kandir que torna imune a tributação de produtos semielaborados exportados, incentivando a exportação de commodities em detrimento de manufaturas;
40. LUTAR pela reforma urbana e expropriação das áreas ocupadas para fins de moradia, dando suporte às políticas públicas sociais, educação, saúde, saneamento, segurança, etc., para as ocupações urbanas;
41. LUTAR por um modelo de cidade economicamente sustentável, fisicamente organizada, socialmente e justa, institucionalmente democrática e participativa;
42. LUTAR por uma política habitacional de interesse social que estimule que a terra tenha valor de uso;
43. DEFENDER de forma irrestrita a reforma agrária e o fortalecimento da agricultura familiar;
44. LUTAR pela realização da reforma agrária ampla, massiva, de qualidade e participativa, para que a mesma seja incorporada à agenda central do governo como forma de garantir direitos e qualidade de vida e trabalho aos povos do campo, das florestas e das águas, superando as desigualdades e consolidando a democracia em nosso País;
45. LUTAR pela criação de mecanismos para a democratização do Poder Judiciário.
46. CONSTRUIR atividades, em parceria com os movimentos sociais organizados, e estabelecer uma agenda permanente de ações nas ruas em defesa da democracia e da classe trabalhadora.
47. CONSCIENTIZAR a população da importância e defesa do meio ambiente em virtude das crises climáticas, que afetam o modo de vida da classe trabalhadora e colocam em questão a própria experiência humana;
48. LUTAR pela garantia da soberania do Estado brasileiro na Amazônia, na exploração das suas riquezas, considerando as necessidades da população local;
49. RESISTIR, junto aos povos do campo, das florestas e das águas, à destruição das políticas ambientais e de promoção da produção

sustentável. Defendemos uma transição ecológica justa e democrática com valorização e proteção dos trabalhadores do campo e da cidade

50. DEFENDER a Amazônia, Reforma Agrária e da Segurança Alimentar. Defender um projeto de desenvolvimento sustentável, destacando a Amazônia, onde a bioeconomia, terra, água e energia, como bens coletivos ganham relevância, assim como a luta contra contaminação por agrotóxicos e sua indiscriminada liberação e pela soberania e segurança alimentar.
51. DEFENDER a sustentabilidade da vida da população negra e das mulheres. Contra a violência racial e de gênero, por autonomia das mulheres e reparação histórica ao povo negro. Contra os racistas e machistas, pela sustentabilidade da vida da população negra e das mulheres. Contra a violência racial e de gênero, por autonomia das mulheres e reparação histórica ao povo negro.
52. ANULAR no Supremo Tribunal Federal a condenação injusta contra o ex-presidente Lula. Lula livre com todos os seus direitos políticos. Por justiça e democracia para todos e para Lula;
53. CONSTRUIR atividades, em parceria com os movimentos sociais organizados, e estabelecer uma agenda permanente de ações nas ruas em defesa da democracia e da classe trabalhadora;
54. REALIZAR ampla campanha para derrotar a Reforma Administrativa – PEC 32/2020, convidando as entidades democráticas, sindicais, sociais e civis a construir uma agenda unitária de lutas e atividades em apoio aos serviços públicos, aos servidores e amplificar suas narrativas e argumentos junto à opinião pública e meios de comunicação.
55. CRIAR um Comando Unitário Nacional e Frentes Únicas Estaduais e Municipais, e, unificar o trabalho das entidades nas duas Casas do Congresso Nacional, nas Assembleias Estaduais e nas Câmaras Municipais de forma a potencializar as posições em defesa dos serviços públicos, das empresas públicas e estatais, do Brasil e dos trabalhadores e trabalhadoras.
56. UNIFICAR as campanhas salariais, em defesa dos empregos e das conquistas da classe trabalhadora;

57. ARTICULAR uma campanha publicitária unificada das entidades, em defesa dos serviços públicos, dos servidores e dos trabalhadores e trabalhadoras das estatais;
58. LUTAR pela democratização das Comunicações e contra o oligopólio da grande mídia brasileira e a manipulação da informação no país;
59. LUTAR por um novo marco regulatório dos meios de comunicação no Brasil;
60. LUTAR permanentemente pela democratização da comunicação, com ampla regulamentação do setor e com garantias para que a sociedade civil possa participar de todos os debates e ações que visem atingir tal objetivo;
61. FORTALECER a comunicação digital das federações no protagonismo virtual como vitrine de debates e de lutas;
62. FORTALECER o Portal CONFETAM, ampliando a rede de comunicação entre federações e sindicatos;
63. ARTICULAR a aprovação nas Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais de moções dirigidas aos deputados e vereadores, em defesa dos serviços públicos, das empresas públicas e estatais, do Brasil e dos trabalhadores e trabalhadoras;
64. REALIZAR uma semana de agitação nacional e panfletagem contra as medidas antipovo do governo Bolsonaro e ao pacote de ajustes do Guedes. Nesse sentido, indicar uma data nacional de paralisação, mobilização, protestos e greves;
65. GARANTIR e recuperar os direitos trabalhistas e apontar em direção a um projeto de desenvolvimento que favoreça a indústria, a produção nacional, a defesa do meio ambiente e a inclusão social. A luta será contra as demissões, por geração de mais empregos e recuperação de direitos trabalhistas;
66. DEFENDER a indústria com ações pela retomada do desenvolvimento industrial e tecnológico, o fortalecimento da organização setorial, visando gerar e preservar empregos e participar da construção de um modelo de reindustrialização, garantindo a preservação do meio ambiente, sob a ótica dos trabalhadores e trabalhadoras. Pela permanência da Ford no Brasil. Nenhum direito a menos. Unificação

das campanhas salariais, em defesa dos empregos e das conquistas da classe trabalhadora;

67. LUTAR contra a fome e a miséria, pela manutenção do auxílio emergencial e dos programas de proteção do emprego e da renda, pela retomada das políticas de incentivo à agricultura familiar e à produção de alimentos, pela formação de estoques públicos e pela redução do preço dos alimentos.
68. REPUDIAR as medidas, do governo Bolsonaro, que facilita e incentiva o porte de armas;
69. RETOMAR as campanhas “mais livros, menos armas”;
70. AMPLIFICAR a luta pela vacina e menos armas. Construir a luta pela vida e não pela morte.
71. MOBILIZAR a sociedade para dizer NÃO e barrar a PEC-186 que desvincula recursos públicos para a saúde e educação nos estados e municípios, atrela a garantia do auxílio emergencial à essa retirada de direitos e penaliza os servidores públicos com mais congelamento de rendimentos, e, fazendo com que estes possam pagar a conta de uma crise que se agudiza por falta de uma política de governo, por falta de respostas efetivas para frear o caos socioeconômico que se encontra o país;
72. DENUNCIAR a política genocida de Bolsonaro por vetar as ações dos estados e municípios para possibilitar que a vacina chegue para mais gente, por retirar os profissionais da educação do grupo prioritário e facilitar a venda de vacina para a iniciativa privada;
73. CONSTRUIR uma campanha de solidariedade para as famílias que estão em situação de vulnerabilidade e coletar alimentos e material de higiene pessoal e mobilizar para o dia 28 de março – Dia Nacional de solidariedade às famílias necessitadas;
74. REALIZAR uma campanha de denúncia às organizações internacionais para construir um Tribunal do Genocídio e julgar os governos omissos, sobretudo o governo Bolsonaro, pelos crimes de tantas vidas perdidas no Brasil, por falta de uma política que combata o avanço da covid-19 e suas variantes;

75. ADERIR a Agenda de Lutas com paralisações agendadas para os dias 17 e 24 de março de 2021 – respectivamente, Bandeiraço em Defesa da Vacina e dos Serviços Públicos e Dia Nacional de Mobilizações em Defesa da Educação, Vacina, Auxílio Emergencial, Fora Bolsonaro e Defesa do SUS;

Eixo 2 – “A gente quer viver pleno direito, a gente quer do bom e do melhor, a gente quer carinho e atenção, a gente quer é ter muita saúde” – Políticas públicas e Direitos, Saúde e Vacina para todos

1. DEFENDER o protagonismo do Estado como agente indutor do desenvolvimento econômico e social;
2. PROMOVER debates sobre as reformas estruturais do Estado brasileiro e construir uma agenda de reestruturação desse Estado, como indutor do desenvolvimento sustentável, dos mecanismos de democracia direta e participativa e da garantia dos direitos da classe trabalhadora;
3. LUTAR em defesa das fundações e empresas públicas e contra qualquer tentativa de avanços e privatizações que visem fortalecer o Estado Mínimo;
4. LUTAR pela instituição de um Plano de Carreira, Cargos e Salários do SUS para os trabalhadores municipais;
5. DEFENDER a Saúde Pública, revogação da Lei das Organizações Sociais (OSs);
6. DEFENDER de forma incondicional o SUS público, estatal, universal, de qualidade e sob a gestão direta do Estado; contra todas as formas de privatização e precarização da saúde; pela revogação das leis que deram origem às Organizações Sociais, às Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, às Fundações Estatais de Direito Privado, à Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares e suas subsidiárias, e aquelas que permitem e/ou preveem as Parcerias Público-Privadas;
7. IMPULSIONAR uma ampla campanha de Vacinas contra a Covid-19 para todos, defesa do SUS, testagem em massa. A pandemia encontra o Brasil afundado em uma crise econômica, social e política. O governo Bolsonaro adicionou à destruidora política neoliberal os ingredientes do conservadorismo, da ignorância e da intolerância produzindo mais desigualdade, violência e exclusão social. A condução do país frente a crise

sanitária não poderia ter sido pior e nos colocou na 3º colocação entre os países com maior número de casos de covid-19 e em 2º lugar no de morte, chegando na casa das 260 mil vidas perdidas, na pior fase da pandemia que chegou ao pico de quase 2 mil mortes por dia, enquanto o mundo cai em 6% as mortes por covid-19, o Brasil vai na contramão aumentando os casos de coronavírus para 11% e um completo colapso da rede de saúde em todos os estados ao mesmo tempo;

8. GARANTIR uma campanha pelo Lockdown nos municípios brasileiros, como forma de intensificar a luta pela a vacina e salvar vidas;
9. DEFENDER o SUS e a inteligência sanitária brasileira. É preciso recursos, testagem e vacinação em massa;
10. LUTAR por vacina para todos já! Enquanto a população começa a ser vacinada na Europa e nos Estados Unidos, no Brasil vivemos semanas de crescimento descontrolado do número de casos e de mortes pela covid-19. O país colhe os frutos da incompetência e falta de planejamento do governo Bolsonaro. Não há perspectiva concreta de quando a vacina ficará disponível, nas quantidades necessárias para imunizar toda a população, no Brasil;
11. DEFENDER as estatais e os serviços públicos;
12. LUTAR contra as privatizações, a reforma administrativa e o teto de gastos – EC95. Rumo à Greve Geral dos Servidores Públicos das três esferas!
13. CONSTRUIR um calendário de mobilização para os próximos meses contra a reforma administrativa, com um Dia Nacional de Lutas Unificadas, em defesa dos serviços e dos servidores públicos;
14. LANÇAR um movimento nacional alternativo ao projeto de destruição do patrimônio público e dos serviços públicos. “Defender a vida, os serviços e os servidores públicos”;
15. ARMAR os servidores e as servidoras para o enfrentamento ao desmonte do Estado e em defesa dos serviços públicos, essenciais na vida de grande parte da população brasileira;
16. APOIAR e protagonizar a luta contra a reforma da previdência nos estados e municípios;
17. ORGANIZAR a luta contra a reforma administrativa o desmonte das carreiras do funcionalismo, a privatização de serviços essenciais, que são, inclusive, garantidos constitucionalmente à população”;
18. DEBATER e intensificar a importância das empresas públicas e do funcionalismo para a garantia de direitos da população e sustentação da soberania do país.

19. CONSTRUIR um manifesto de denúncia dos ataques do governo Bolsonaro ao funcionalismo. A proposta do governo, de acabar com a estabilidade do servidor público e reduzir salários nada tem a ver com a melhoria dos serviços prestados. Querem acabar com os direitos e os concursos públicos para entregar esses serviços para empresas privadas e ao invés do concurso público, o que vai prevalecer é a indicação para cargos feita por vereadores, deputados e senadores”;

Eixo 3 – “A gente não tem jeito de babaca” - Organização e Financiamento Sindical:

1. FORTALECER e organizar a unidade das forças democráticas e populares em torno da luta pelo Fora Bolsonaro, que deverá conectar o conjunto das lutas sindicais e populares de 2021.
2. PRODUZIR um conjunto de propostas para o enfrentamento da pandemia, sistematizadas em uma plataforma emergencial, em aliança com as federações, sindicatos, centrais sindicais e movimentos populares, apontando ações tanto em relação às questões sanitárias, quanto aos desafios econômicos e sociais.
3. IMPULSIONAR a luta e a reorganização do movimento sindical e movimentos sociais em todos os estados, com a participação ativa da CONFETAM;
4. Pressionar o Congresso Nacional pelo retorno e extensão por tempo indeterminado do auxílio emergencial, no mínimo de R\$ 600,00 mensal, tornando-o programa de renda mínima permanente e de programas de proteção ao emprego;
5. INCENTIVAR novas formas de articulação e mobilização, utilizando a internet, as redes sociais e as manifestações simbólicas.
6. Buscar alertar e mobilizar a população e os trabalhadores sobre a gravidade da pandemia e a continuidade dos ataques aos direitos dos trabalhadores e as conquistas do povo brasileiro;
7. RESISTIR à sanha privatista, retardar privatizações e obter uma importante vitória, na prática em favor da educação, com a aprovação do FUNDEB permanente (na regulamentação, a pressão é para garantir a destinação dos recursos para educação pública). Agora a luta é para fazer aplicar a legislação aprovada;
8. FORTALECER alianças com os movimentos populares, através das frentes Brasil Popular e Povo Sem Medo, com o conjunto do movimento sindical, com as Centrais sindicais e com a sociedade civil

organizada tanto por meio das Campanhas por “Fora Bolsonaro”, como também da campanha “Brasil pela Democracia e Direitos”.

9. CONSTRUIR juntamente com as federações e sindicatos sócios uma política de financiamento sindical autônoma e independente;
10. REAFIRMAR a autonomia e independência da CONFETAM frente aos governos, partidos e gestões, defendendo de forma responsável e convicta a pauta de reivindicações dos trabalhadores e, desse modo, assegurar o caráter de classe da entidade e dos trabalhadores e trabalhadoras;
11. APRESENTAR a pauta da classe trabalhadora, nos períodos eleitorais, na Plataforma da CONFETAM para as eleições nos estados e municípios, possibilitando maior articulação, mobilização e solidariedade entre os Sindicatos filiados e Federações que contemplem os temas: trabalho, saúde, meio ambiente, educação, incluindo a educação do campo e indígena, democracia, desenvolvimento regional e fortalecimento da agricultura familiar, regularização fundiária e política energética;
12. INTERAGIR com os mandatos que buscam representar os interesses dos trabalhadores e construir eixos de luta e visibilidade estratégica, tanto no âmbito nacional, quanto nos estados e municípios;
13. REIMPULSIONAR o projeto político e organizativo do sindicalismo brasileiro;
14. SUPERAR a acomodação e as resistências internas, assim como as tentativas de destruição do movimento sindical para que a classe trabalhadora tenha a unidade, a organização e a força política e social necessária para pôr fim ao governo Bolsonaro;
15. EXPRESSAR com nitidez para a sociedade, unidade das forças democrático-populares, através de uma plataforma coerente com os interesses da maioria da população e constituir-se, em aliança com os partidos progressistas, como projeto de poder e desenvolvimento alternativo ao das classes dominantes. Somos parte das forças democrático-populares brasileiras alinhadas para derrotar o projeto autoritário representado por Bolsonaro e pela direita neoliberal;

16. **FORMAÇÃO** para os dirigentes sindicais para que possam compreender que os lugares sociais de classe, raça e gênero moldaram a história do nosso país. Em um momento de grave crise social, de crescimento da violência racial, contra as mulheres e LGBTQIA+ essas diferenças extravasam e explodem na forma de conflito e luta social. A questão racial e do machismo não são mais debates setoriais e fazem parte do centro da agenda do sindicalismo que se identifica com os verdadeiros anseios de sua base por igualdade, liberdade e democracia;
17. **APOIAR** e possibilitar que instrumentos de pesquisas cheguem na base dos servidores municipais, onde estes são objetos de estudo para traçar perfis de categorias para pesquisadores e instituições comprometidas com o desenvolvimento da ciência;

Eixo 4 - “A GENTE QUER VIVER TODO RESPEITO, A GENTE QUER VIVER A LIBERDADE” - Igualdade de oportunidades e direitos

1. **LUTAR** por uma educação não sexista, racista e lesbofóbica;
2. **INCLUIR** o tema raça e gênero como uma das dimensões estruturantes das desigualdades nos processos de educação;
3. **TRABALHAR** o conceito de machismo e de feminismo na educação;
4. **COMBATER** a lesbofobia nas escolas;
5. **AMPLIAR** o debate sobre novos arranjos familiares;
6. **LUTAR** pela adequação da linguagem de gênero e raça nas pesquisas sociais e institucionais;
7. **LUTAR** para assegurar, no currículo do Ensino Básico, a sexualidade humana como disciplina obrigatória ministrada nas instituições de ensino;
8. **INCLUIR** o recorte de gênero no mapeamento das experiências existentes de Organizações nos Locais de Trabalho (OLT);
9. **PROMOVER** ações para ampliar a sindicalização de mulheres;
10. **LUTAR** contra a criminalização de professoras e professores de escolas públicas que tenham cargos de representação sindical;
11. **LUTAR** pela regulamentação da Convenção 151 da OIT;
12. **PROMOVER** ações que fortaleçam a solidariedade entre os sindicatos, de forma que os maiores ajudem os menores;

13. INCLUIR as cláusulas de gênero nas mesas de negociações e promover ações para ampliar a presença das mulheres nesses espaços;
14. INVESTIR na formação e organização sindical e no acompanhamento e assessoria dos processos de negociação coletiva, para que estas incorporem as demandas apresentadas pelas mulheres;
15. CONSTRUIR, através dos sindicatos, nos locais de trabalho, um programa de formação política na perspectiva de gênero, raça e classe para mulheres dirigentes sindicais;
16. REALIZAR formação política para as mulheres para preparar e qualificar a ação sindical feminina, com calendário fixo e material específico;
17. RECHAÇAR propagandas que usam o corpo da mulher como mercadoria;
18. OPORTUNIZAR a criação de canais de denúncia contra os meios de comunicação que ridicularizam a imagem da mulher;
19. DEBATER os direitos sexuais e reprodutivos com os homens e mulheres dividindo igualmente a responsabilidade pela reprodução em nossa sociedade;
20. LUTAR pela universalização dos direitos das mulheres à Saúde Pública e a implantação da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher;
21. PROMOVER ações sobre saúde da mulher trabalhadora em caráter permanente;
22. LUTAR para que as mulheres do campo tenham acesso à Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PNAISM);
23. DEFENDER a qualificação das trabalhadoras e trabalhadores do SUS;
24. FORTALECER a luta pela jornada de trabalho de 30h para trabalhadoras e trabalhadores da saúde;
25. PRESSIONAR os governos em suas distintas competências para que assumam o Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres e denunciar os números da violência contra as mulheres em nosso país;
26. LUTAR pelo fortalecimento de políticas de enfrentamento à violência no campo, na floresta e nas águas e garantir políticas eficazes de segurança pública na zona rural, incluindo políticas especializadas para as mulheres;
27. LUTAR pelo fim do turismo sexual, do tráfico de pessoas e da exploração sexual de mulheres e crianças, através de uma política de Estado com critérios de caráter coercitivo e punitivo;

28. LUTAR para ampliar as redes de proteção às mulheres vítimas de violência, tráfico de mulheres e exploração sexual, criação de delegacias para mulheres, casas-abrigo e assistência social;
29. INCENTIVAR a denúncia do assédio sexual e do assédio moral nos locais de trabalho e realizar campanhas de orientação e conscientização para combater essas práticas abusivas contra as mulheres;
30. PROPOR legislação sobre assédio moral, punindo os (as) responsáveis em todos os âmbitos federativos;
31. PROPOR uma política de enfrentamento contra o assédio moral e sexual no movimento sindical;
32. PRESSIONAR para que o movimento sindical assuma essa luta como sendo de toda a classe trabalhadora, promovendo campanhas de esclarecimento e apoiando as lutas de prevenção e combate à violência;
33. FORTALECER a presença das mulheres nos espaços de tomada de decisão;
34. INCENTIVAR participação das dirigentes nos Conselhos de Políticas Públicas;
35. OCUPAR os espaços dos Conselhos de Políticas Públicas e Controle Social;
36. LUTAR pela formulação de políticas públicas afirmativas para a população negra e indígena, assegurando a implementação do Estatuto da Igualdade Racial;
37. REALIZAR campanha para a assinatura e a ratificação da Convenção Interamericana Contra o Racismo, a Discriminação Racial e Formas Conexas de Intolerância (A-68) e da Convenção Interamericana Contra Toda Forma de Discriminação e Intolerância (A-69), ambas da Organização dos Estados Americanos (OEA);
38. EXIGIR da Secretaria de Direitos Humanos uma campanha contra a intolerância ideológica e contra as ações violentas contra os movimentos sociais;
39. INTERVIR no espaço das organizações internacionais sindicais das fronteiras no debate e encaminhamentos de temas como os direitos humanos, direitos sindicais e do trabalho, migrações, tráfico humano e grandes eventos;
40. GARANTIR políticas públicas para o atendimento às demandas sociais de pessoas com deficiência, de modo que todos os direitos constitucionais deste grupo social avancem em termos de acesso ao trabalho, à mobilidade, à acessibilidade e aos demais direitos sociais previstos na Constituição;
41. DEBATER e formular políticas públicas para o público gay, lésbicas, travestis, transexuais e bissexuais (LGBT), apontando ações concretas na

- luta pela livre orientação sexual, envolvendo as instituições da sociedade civil e governamental na construção dessas políticas;
42. LUTAR por cidadania e direitos das lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros (LGBTs);
 43. GARANTIR a eliminação do trabalho infantil e análogo à escravidão. Regulamentação da PEC do Trabalho Escravo;
 44. INTERVIR em espaços de disputas onde os/as jovens estão inseridos. Construir espaços no meio sindical onde a juventude possa atuar, mediar e intervir de maneira qualificada;
 45. AMPLIAR a relação entre Juventude Trabalhadora e a Juventude dos Movimentos Sociais, especialmente no movimento estudantil;
 46. COBRAR o cumprimento do Estatuto da Juventude;
 47. LUTAR contra o racismo e genocídio da juventude negra, por mais direitos e liberdades para as mulheres, pelo fim do machismo e homofobia, pelo direito à cidade, Saúde e Educação de Qualidade;
 48. COMBATER a marginalização da juventude negra e pobre, principalmente;
 49. AVANÇAR em questões caras à juventude, como o direito à cidade por meio de políticas integradas nas áreas de educação, cultura e mobilidade urbana;
 50. PRESERVAR e ampliar os espaços obtidos no Interior dos estados, por meio de políticas voltadas para a igualdade de gênero, respeito à diversidade étnico-racial e de orientação sexual, promoção da acessibilidade e ampliação do direito à educação, entre outras;
 51. PROMOVER uma semana de conscientização do serviço público municipal contra o racismo estrutural;
 52. ADERIR e construir coletivamente a Jornada das Mulheres no março lilás;